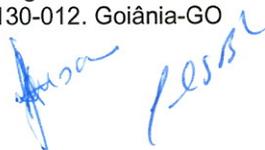


1 **ATA DA 51ª REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE**  
2 **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS.**

3  
4 Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, na  
5 Sala de Reuniões da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás –  
6 IFG, realizou-se a quinquagésima primeira reunião do Conselho Superior – Consup, para tratar  
7 dos seguintes pontos de pauta: 1) Informes; 2) Aprovação da 50ª Ata do Consup; 3) Resolução nº  
8 11/2018 *ad referendum*; 4) Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato*  
9 *Sensu* em Gestão de Serviços de Hospitalidade, do Câmpus Goiânia; 5) Autorização para oferta  
10 do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência EPTT, na modalidade presencial, do  
11 Câmpus Senador Canedo; 6) Autorização para oferta do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em  
12 Docência EPTT, na modalidade a distância, do Câmpus Senador Canedo; 7) Proposta de  
13 integração da Gerência de Administração ao Concâmpus; 8) Minuta de Alteração de Regime de  
14 Trabalho Docente. A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho Superior, professor  
15 Jerônimo Rodrigues da Silva, e secretariada pela servidora Fernanda Eline de Oliveira, Redatora,  
16 com a presença dos Conselheiros: Alessandro Ribeiro de Sousa, Ana Lúcia Siqueira de Oliveira,  
17 Elder Geraldo Domingues, Felicidade Maria Faria Melo, Fernando dos Reis de Carvalho, Gabriel  
18 Bernardes Coelho Lima, Giovanna Cordeiro Guimarães, John Lennon Silva, José Carlos Barros  
19 Silva, Luiz Batista Alves, Moisés Gregório da Silva, Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon,  
20 Patrícia Santiago Vieira Furtado, Rherman de Souza Pires, Sandra Lúcia Gonçalves, Sandro  
21 Ramos de Lima, Silvilene Souza da Silva, Tharles Júnior de Souza e Ubaldo Eleutério da Silva.  
22 Justificaram a ausência os Conselheiros: Alice Alves Lima, Aline Silva Barroso, Fernando Augusto  
23 Messias, Hélio Naves e João Rocha de Assis. Não compareceram à reunião os Conselheiros:  
24 Alan Dumont Clemente, Aloísio Silva de Aguiar, Danilo Ferreira Gomes, Marco Aurélio Anacleto  
25 de Toledo, Rebbeca Marques Martins Lima de Oliveira e Shilton Caldeira Nunes. O Presidente do  
26 Conselho Superior iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes e a comunidade  
27 acadêmica que acompanhava a reunião pelo ambiente virtual. Dando início aos informes, o  
28 Presidente distribuiu o boletim de notícias do IFG atualizado e convidou os conselheiros para a  
29 inauguração da árvore solar e lançamento do projeto de eficiência energética, no Câmpus  
30 Goiânia, que acontecerá na próxima quarta-feira, como resultado da ação do IFG junto à Enel.  
31 Destacou ainda que outra árvore solar será inaugurada no Câmpus Itumbiara, projeto que merece  
32 reconhecimento de todos os envolvidos. A conselheira Sandra Lúcia Gonçalves pediu a palavra  
33 para informar sobre um projeto de pesquisa que levantará o perfil epidemiológico acerca dos  
34 servidores afastados para tratamento de saúde. A conselheira solicitou que os servidores  
35 participem da pesquisa, autorizando o acesso ao seu prontuário no Siass. Explicou que a  
36 importância da pesquisa consiste em melhorar o planejamento para promoção à saúde do  
37 servidor. Em seguida, o presidente colocou a quinquagésima ata em apreciação. Em votação, a  
38 Ata foi aprovada. O Presidente expôs que houve dois pedidos de inclusão de pauta. A Conselheira  
39 Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon explicou um dos pedidos, que trata da autorização de  
40 concurso público para o cargo de professor EBTT. Considerando a Resolução CONSUP/IFG de nº  
41 23 de 22 de agosto de 2016, que regulamenta esse tipo de concurso, a Pró-Reitoria de Ensino e a  
42 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional solicitam que a resolução seja suspensa para dar  
43 celeridade aos trâmites do concurso. A conselheira explicou ainda que a Portaria MEC 243 admite  
44 um prazo mais curto para a realização do concurso, em relação ao prazo estabelecido pela  
45 referida Resolução, que é de três meses. Posta em votação, a inclusão de pauta foi aprovada.  
46 Para apresentar outro pedido de inclusão de ponto de pauta, o presidente passou a palavra para o  
47 servidor Weber Tavares da Silva Junior, Assessor de Planejamento e Desenvolvimento  
48 Institucional, que explicou a solicitação, em virtude da publicação da Portaria do Ministério da  
49 Transparência, que recomenda a criação de uma estrutura sobre integridade até o dia onze de  
50 maio. O servidor explicou que se optou por alterar a Política de Gestão de Riscos do IFG, para  
51 que a questão da integridade seja contemplada. Em votação, a inclusão de pauta foi aprovada.  
52 Passando para o próximo assunto da pauta, o presidente colocou em apreciação a Resolução



53 11/2018 *ad referendum*, que autorizou seu afastamento do país para missão no Canadá,  
54 representando o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional,  
55 Científica e Tecnológica - Conif. Relatou que participou de mesa, indicando os projetos do IFG  
56 que foram apresentados, como o programa Mulheres Mil, Lapassion, Formação de Professores  
57 Moçambicanos, etc. A Resolução foi referendada, em votação. O Presidente explicou também que  
58 a diretoria do Conif o convidou para um encontro internacional de reitores em Salamanca,  
59 Espanha, e colocou esse afastamento em apreciação. Em votação, a autorização para ir à  
60 Espanha, do dia 20 a 23 deste mês, foi aprovada. Passou-se, então, para o próximo item da  
61 pauta, a apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão  
62 de Serviços de Hospitalidade, do Câmpus Goiânia. A palavra foi passada para a conselheira  
63 Patrícia Santiago Vieira Furtado, presidente da Câmara Consultiva de Ensino, Pesquisa e  
64 Extensão. A conselheira apresentou os detalhamentos sobre o curso, explicou os trâmites pelos  
65 quais o projeto passou, desde o câmpus até a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação –  
66 PROPPG, para então ser aprovado no Conselho de Câmpus e no Conselho de Ensino, Pesquisa  
67 e Extensão - Conepex. A câmara apresentou como proposta a alteração do total de horas do  
68 curso, sendo favorável ao documento. O Presidente colocou o parecer em apreciação. O  
69 conselheiro Sandro Ramos de Lima sugeriu que seja providenciada uma política de pós-  
70 graduação, com a descrição dos requisitos para abertura de cursos, para que não seja feita  
71 isoladamente. O presidente afirmou que encaminhará a proposta para as instâncias responsáveis.  
72 Em votação, o parecer referente ao Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu  
73 em Gestão de Serviços de Hospitalidade foi aprovado. Logo após, o presidente colocou em  
74 apreciação as justificativas de falta para esta reunião, que foram aprovadas. O presidente  
75 declarou que uma representante discente não veio à reunião por problemas de transporte e  
76 ressaltou que a reunião do Consup deve ser prioridade nos Câmpus. Encaminhou-se a reunião  
77 para o próximo ponto de pauta, a autorização para oferta e análise do Projeto Pedagógico do  
78 Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência EPTT, na modalidade presencial, do Câmpus  
79 Senador Canedo. Como relatora, a conselheira Patrícia Santiago apresentou as características  
80 específicas do curso e um breve histórico dos trâmites pelos quais passou o projeto do curso, que  
81 tem previsão de início para 2018/2. A presidente da Câmara Consultiva de Ensino, Pesquisa e  
82 Extensão apresentou as sugestões que a câmara elaborou para adequação do projeto em  
83 questão. O conselheiro Ubaldo considerou que a câmara foi precisa na avaliação e sobre a  
84 estrutura curricular, questionou se não há necessidade de disciplina sobre Libras e também  
85 disciplina a distância. A conselheira Oneida concorda com a necessidade apresentada. A  
86 conselheira Sandra ponderou que, se há tantas questões a serem revisadas e alteradas, o projeto  
87 deveria voltar, depois de alterado, para nova avaliação deste conselho. A conselheira Patrícia  
88 afirmou que não é necessário que o projeto volte para o conselho, pois o Câmpus possui  
89 autonomia para modificar o projeto. Quanto à disciplina de Libras, explicou que, de acordo com a  
90 legislação vigente, é obrigatória apenas para cursos de licenciatura. O conselheiro John Lennon  
91 Silva questionou o apontamento no projeto que prevê que o curso pode contribuir para empresas  
92 privadas e relatou que não compreende como essa contribuição pode ser direcionada,  
93 considerando que o curso é voltado para a área de educação. A conselheira Oneida explicou que  
94 dentro das empresas há profissionais da área de pedagogia para trabalhar com a formação  
95 continuada dos funcionários, além disso, a contribuição pode ser voltada para a área de recursos  
96 humanos. O presidente colocou em votação o parecer da câmara, que foi aprovado. Passou-se  
97 então para o próximo item da pauta, a autorização para oferta e análise do Projeto Pedagógico do  
98 Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência EPTT, na modalidade a distância, do Câmpus  
99 Senador Canedo. A palavra foi dada à conselheira Oneida, que apresentou as características  
100 específicas do curso, assim como o histórico do projeto e as propostas de alteração sugeridas  
101 pela Câmara Consultiva de Ensino, Pesquisa e Extensão. O parecer da câmara foi favorável,  
102 considerando as alterações propostas. O Presidente colocou que é preciso aumentar e fortalecer  
103 a oferta de cursos a distância. O conselheiro Tharles afirmou que há dificuldade na oferta de  
104 cursos a distância, em relação à disposição de material pelos professores, pois precisam de

*Paula*

*Paula*

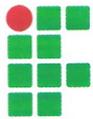
*Paula*

*Paula*

*Paula*

*Paula*

*Paula*



105 suporte técnico para a produção de material. A conselheira Oneida esclareceu que esse suporte  
106 está contemplado no projeto e que haverá edital para contratação de profissionais para  
107 elaboração do material. O Presidente colocou em votação o parecer, que foi aprovado. Passou-se  
108 à proposta de Integração da Gerência de Administração ao Concâmpus. A relatoria foi da  
109 conselheira Ana Lúcia Siqueira de Oliveira, que apresentou a solicitação advinda do Câmpus  
110 Goiânia, de acrescentar o gerente de administração como membro nato do Conselho de Câmpus.  
111 A relatora afirmou que a câmara considerou que tal solicitação fere a representatividade já  
112 existente no Concâmpus, e que a mudança acarretaria uma dupla representatividade, elevando a  
113 participação de gestores não eleitos para o conselho. Sendo assim, o parecer não é favorável. O  
114 Presidente declarou que o regimento do Concâmpus precisa ser revisado. Colocado em votação,  
115 o parecer da câmara foi aprovado. O ponto de pauta seguinte foi a Minuta de Alteração de Regime  
116 de Trabalho Docente. O Presidente explicou que se trata de uma solicitação da Comissão  
117 Permanente de Pessoal Docente - CPPD, para orientar os procedimentos para mudança de  
118 regime. A conselheira Ana Lúcia apresentou os trâmites do processo e suas bases legais. A  
119 Câmara de Desenvolvimento Institucional apresentou algumas sugestões, para ajustes de  
120 redação e organização do texto e adequação à resolução vigente. A conselheira Silvilene Souza  
121 da Silva sugeriu alterações no quesito sobre o banco de professor equivalente, sobre sanção e  
122 outras adequações referentes à legislação. O conselheiro Sandro Ramos de Lima colocou-se  
123 contrário a essa resolução, pois considera que abre espaço para excepcionalidades e sugeriu que  
124 se conclua primeiro a avaliação da Resolução 09/2011. A conselheira Ana Lúcia alegou que  
125 também considera urgente a retomada da discussão da Resolução 9/2011, mas não se pode  
126 impedir que o professor possa requerer a mudança de regime de trabalho. Sendo assim, o  
127 parecer é favorável, pois o documento garante que a solicitação passe por todas as instâncias do  
128 câmpus. O conselheiro Tharles alegou que em relação às penalidade previstas para o não  
129 cumprimento das obrigações, consta no documento que será de acordo com a legislação vigente,  
130 portanto, condidera que a ideia está vaga e deveria constar a legislação específica. Em votação, o  
131 parecer da câmara foi aprovado. Passou-se, então, para o acréscimo de ponto de pauta relativo  
132 ao concurso público para docentes, com a suspensão da Resolução CONSUP/IFG nº 23, de 22 de  
133 agosto de 2016. O Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, Amaury França Araujo, explicou  
134 que o regulamento de concursos públicos para docentes que está na referida Resolução, prevê  
135 um tempo mais longo do que seria possível atualmente para realização do certame. Explicou  
136 ainda que, como estamos em ano eleitoral, o concurso deve ser homologado até 6 de julho de  
137 2018 e a nomeação só poderá acontecer neste ano se o concurso for homologado até essa data.  
138 Na resolução, constam várias etapas que impedem o concurso de acontecer nesse tempo. Não  
139 havia banco de equivalência e código de vaga para o concurso ser realizado antes. Amaury  
140 explicou também que no dia 4 de abril, uma Portaria ministerial permitiu a contratação de trinta  
141 novos docentes, com a ampliação do banco de equivalência. O Presidente ressaltou que a  
142 Resolução 23/2016 deve ser alterada, pois há novas regulamentações, como a de cotas, e novos  
143 regramentos. A conselheira Oneida apontou outros pontos que devem ser retirados da Resolução,  
144 como a elaboração de projeto e o envio de documentos via sedex. O Presidente esclareceu que a  
145 Setec deve liberar vagas até a próxima quinta-feira. Em votação, a suspensão da Resolução  
146 CONSUP/IFG nº 23, de 22 de agosto de 2016 foi aprovada. Para o último item incluso na pauta, a  
147 palavra foi dada ao servidor Weber. O servidor explicou que o Ministério da Transparência emitiu  
148 Portaria que determina que seja constituída uma unidade de gestão de integridade em cada  
149 autarquia. A Portaria é de 25 de abril e o prazo para cumprimento era dia 11 de maio. Dessa  
150 forma, a gestão entendeu que a melhor forma de atender à determinação seria que o Comitê de  
151 Análises de Riscos acumulasse mais essa função. A Política de Gestão de Riscos deve ser  
152 alterada para que seja inserida a questão da integridade. Por integridade entende-se medidas de  
153 ações de governança. Assim, é necessário fazer a alteração da Resolução 45/2017. O Presidente  
154 colocou a alteração em votação, que foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, o presidente deu  
155 por encerrada a reunião às dezessete horas e onze minutos. Eu, Fernanda Eline de Oliveira, lavrei  
156 a presente Ata.

*Fernanda Eline de Oliveira*

*Amaury França Araujo*

*pers*

*[Handwritten signature]*

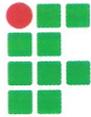
*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

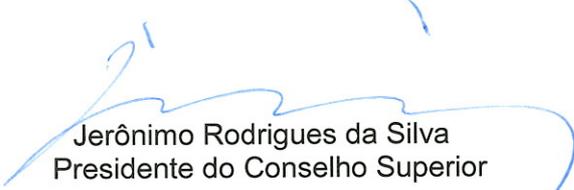
*[Handwritten mark]*



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
REITORIA

157  
158  
159  
160

  
Jerônimo Rodrigues da Silva  
Presidente do Conselho Superior

161  
162  
163  
164

Representantes do Colégio de Dirigentes do IFG

165  
166  
167

  
José Carlos Barros Silva  
Titular

Amaury França Araújo  
Suplente

168  
169  
170  
171

  
Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon  
Titular

Écio Naves Duarte  
Suplente

172  
173  
174  
175  
176

  
Sandro Ramos de Lima  
Titular

177  
178  
179

João Marcos Bailão de Lima  
Suplente

180  
181  
182  
183

Aline Silva Barroso  
Titular

Ubaldo Eleutério da Silva  
Suplente

184  
185  
186  
187

  
Ana Lúcia Siqueira de Oliveira  
Titular

Reinaldo de Lima Reis Junior  
Suplente

188  
189  
190  
191

Representantes dos servidores Docentes

192  
193  
194

  
Patrícia Santiago Vieira Furtado  
Titular

195  
196  
197

Renato Araújo Teixeira  
Suplente

Elder Geraldo Domingues  
Titular

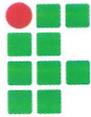
Wagner Pereira Lopes  
Suplente

198  
199  
200  
201

  
Alan Dumont Clemente  
Titular

202  
203

Nilton Ricetti Xavier de Nazareno  
Suplente



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
REITORIA

204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217

*Moisés Gregório da Silva*

Moisés Gregório da Silva  
Titular

Vandré Antonio de Assis Gomes  
Suplente

*Fernando R. Carvalho*

Fernando dos Reis de Carvalho  
Titular

Alan de Freitas Oliveira  
Suplente

Representantes dos servidores Técnico-Administrativos

*Sandra Lucia Gonçalves*

Sandra Lúcia Gonçalves  
Titular

218  
219  
220

Reginaldo de Fátima Gomes Pacheco  
Suplente

Fernando Augusto Messias  
Titular

Kepler Benchimol Ferreira  
Suplente

221  
222  
223

*Shilton Caldeira Nunes*

Shilton Caldeira Nunes  
Titular

Rafael Cortês Ferreira  
Suplente

224  
225  
226  
227

*Alessandro R. de Sousa*

Alessandro Ribeiro de Sousa  
Titular

Alexandre Borges Fernandes Camozzi  
Suplente

228  
229  
230  
231

*Tharles J. de Souza*

Tharles Júnior de Souza  
Titular

Renistenes Eunice Costa Campelo  
Suplente

232  
233  
234  
235  
236  
237  
238

Representantes dos Discentes

Gabriel Bernardes Coelho Lima  
Titular

239  
240  
241  
242  
243  
244  
245

*John Lennon Silva*

John Lennon Silva  
Titular

Marques Teodoro Gontijo Silva  
Suplente

246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
  
269  
270  
271  
272  
  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
  
286  
287  
288  
289

Giovanna Cordeiro Guimarães  
Titular

Émerson Clemente Araújo  
Suplente

Alice Alves Lima  
Titular

Karla da Silva Araújo  
Suplente

Rebecca Marques Martins Lima de Oliveira  
Titular

Werikson Silva Faria  
Suplente

Josilene de Sousa Santos  
Suplente

Representantes dos Egressos

Marco Aurélio Anacleto de Toledo  
Titular

Thiberio Jardim de Oliveira  
Suplente

João Rocha de Assis  
Titular

Davi Miranda Silva  
Suplente

Representantes da SETEC/MEC

Silvilene Souza da Silva  
Titular

Willian Silva de Paula  
Suplente

Representantes da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás

Danilo Ferreira Gomes  
Titular

Naiade Souza di Rocha  
Suplente



Luiz Batista Alves  
Titular

Juscelino Afonso de Sá  
Suplente

290  
291  
292  
293  
294

Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Hélio Naves  
Titular

Ivan da Glória Teixeira  
Suplente

295  
296  
297  
298  
299  
300  
301

Representantes da Federação do Comércio do Estado de Goiás

Felicidade Maria de Faria Melo  
Titular

Maria Angélica de Moraes e Silva  
Suplente

302  
303  
304  
305  
306  
307  
308

Representantes da Força Sindical de Goiás

  
Aloísio Silva de Aguiar  
Titular

Rherman de Souza Pires  
Suplente

309  
310  
311  
312  
313  
314  
315

  
Fernanda Eline de Oliveira  
Secretária do Conselho Superior